



## **0 - INTRODUÇÃO**

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2021 é o primeiro a ter por base o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública aprovado pelo Decreto Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2020.

Na preparação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2021 teve-se em conta o forte impacto que a pandemia da Covid-19 está a ter na economia local.

Embora os dados do Instituto Nacional de Estatística apontem para uma taxa de -8,5% nas contas do Produto Interno Bruto Nacional para 2020, em 2021 prevê-se um crescimento de cerca de 5,4%.

No entanto, esse crescimento previsto a nível nacional, só terá verdadeiro impacto no nosso dia-a-dia em 2022.

Neste contexto, os planos e orçamentos das entidades públicas devem refletir verdadeiras políticas públicas que possam alavancar a economia local, sem esquecer o apoio aos mais desprotegidos e uma visão de médio a longo prazo.

Por isso, a autarquia da Ribeira Grande prevê lançar novas medidas de apoio ao setor empresarial, onde se destaca o "regulamento municipal de relançamento da economia e do investimento pós-covid", uma forte aposta em obras públicas e o reforço nos apoios sociais, sem esquecer o plano estratégico "Ribeira Grande 2030", que definirá as grandes linhas de orientação para uma visão de futuro para o nosso concelho, tendo em conta, sobretudo, o novo quadro comunitário de apoio 2021-2027.

2021 será também um ano em que se pretende continuar a estabelecer parcerias com as várias entidades sediadas no concelho, como é o caso do setor social, mas também ao nível do ensino, onde se destaca a parceria com a Cooperativa "A Ponte Norte" que irá permitir continuar a apoiar a rede municipal de ATLS (ateliers de tempos livres) a cerca de meio milhar de crianças e a meia centena de profissionais, para além do apoio ao curso técnico-profissional de agro-pecuária, que irá permitir ter novos quadros para este setor que representa cerca de um terço da economia local.

Para 2021 a prioridade continua a ser a área social, sendo que as funções sociais representam 55,10% e as funções económicas representam 33,32% do Plano e Orçamento.





Em relação às despesas correntes, estas representam cerca de 46,753% do total das despesas, onde a maior fatia diz respeito a despesas com pessoal (52,514%), estando previstas abertura de vagas para o quadro de pessoal, enquanto a aquisição de bens e serviços representa 30,626%. Essa situação deve-se sobretudo às prestações de serviço na área da recolha de resíduos, nos programas de apoio social (fundo de emergência social e habitação degradada), às rendas de habitações sociais do programa PROHABITA e do apoio escolar.

